

# Sumário

Número de notícias: 11 | Número de veículos: 11

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
ECONOMIA

Reajuste de 9% para servidores federais ..... 2

RIO PRETO NEWS - SP  
ANFIP

Como a correção da tabela do IR proposta por Lula vai impactar a arrecadação? ..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Equipe econômica começa a ganhar forma ..... 5

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Quinho articula na CCJ apoio a PEC que reduz alíquota de INSS ..... 7

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS define limites para consignados ..... 8

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - 24H ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Novo salário mínimo muda valor das aposentadorias ..... 10

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Veja o que muda com o novo salário mínimo de R\$ 1.302 ..... 11

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO  
SEGURIDADE SOCIAL

14º DOS SALÁRIO APOSENTADOS VAI SER PAGO ESSE ANO? ..... 12

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Relação com o dinheiro: uma discussão necessária (Artigo) ..... 13

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
ECONOMIA

A importância do setor de energia no combate à corrupção (Artigo) ..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Reajuste de 5,97% no IPTU e IPVA ..... 16

# Reajuste de 9% para servidores federais

Relator do Orçamento reservou R\$ 11 bilhões para a correção nos salários em 2023. Texto ainda pode mudar na Câmara

O relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), explicou ontem, em seu parecer, que reservou R\$ 11 bilhões para conceder reajuste de 9% a servidores do Poder Executivo federal.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) foi encaminhado ao Congresso pelo governo Jair Bolsonaro em agosto, com recursos insuficientes para Saúde, Educação e outras áreas. Castro alterou a versão inicial da proposta, prevendo a aplicação de verbas previstas na PEC da Transição, que ainda tramita na Câmara.

Parte do espaço aberto foi destinado ao reajuste dos servidores. O texto ainda precisará ser votado no plenário do Congresso.

Segundo o senador, a intenção é dar aos servidores do governo o mesmo aumento que o prometido aos funcionários do Judiciário.

"Nós procuramos ter o aumento real do salário mínimo e, aqui, uma luta pessoal minha, eu lutei para que o servidor do Executivo tivesse o mesmo valor do reajuste do Judiciário. O servidor público do governo federal vai ter o mesmo aumento do Poder Judiciário."

Em seu relatório, Castro destacou que ajustou "o valor do reajuste nas carreiras civis no âmbito do Poder Executivo a um aumento linear equivalente ao do Poder Judiciário": "Ele vai receber 9% a mais. Isso é um valor em torno de R\$ 11 bilhões. Por isso tivemos que tirai\* da PEC", explicou Castro.

Castro apresentou seu relatório prevendo a aplicação de recursos que serão liberados se a PEC for aprovada. No entanto, o texto, embora tenha passado pelo Senado, pode ter modificações na Câmara.

Sobre eventuais mudanças no projeto, Castro disse não ter "segurança" de que não haverá modificações. Ele ressaltou, no entanto, que precisava finalizai\* o relatório do Orçamento, mesmo sem saber como ficará a PEC.

"Eu fiz [o relatório] sob a condicionante, a condição de a PEC ser aprovada. Se ela não for, que ave maria de uma coisa dessa aconteça ao Brasil, seria o caos do ponto de vista orçamentário", afirmou.

O relator destacou ainda que, em caso de a Câmara desconfigurar a proposta, o País "pararia logo no primeiro mês" da gestão do presidente eleito Lula (PT).

## Alerta para impacto na inflação

Na ata de sua última reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reforçou o alerta fiscal feito no comunicado da semana passada, quando manteve a taxa Selic em 13,75% pela terceira vez seguida.

A autoridade monetária repetiu que vai acompanhar "com especial atenção" os desenvolvimentos da política fiscal e seus efeitos sobre preços de ativos e expectativas de inflação "com potenciais impactos sobre a dinâmica da inflação prospectiva".

O recado veio em meio às negociações da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de Transição no Congresso Nacional, sobre o aumento de despesas para manter o benefício do Bolsa Família em R\$ 600 no ano que vem, além de recompor despesas em saúde, educação e outras áreas afetadas nos últimos anos.

A elevação de R\$ 168 bilhões em gastos por dois anos já foi aprovada pelo Senado Federal e será avaliada agora pela Câmara dos Deputados.

Com o gastos públicos em 2023, o comitê afirmou que ainda vê muita incerteza relacionada ao cenário fiscal brasileiro e que vai seguir acompanhando os desenvolvimentos futuros da política fiscal e seus potenciais impactos sobre a dinâmica da inflação.

# Como a correção da tabela do IR proposta por Lula vai impactar a arrecadação?

**SALA DA NOTÍCIA MXP Comunicação Ltda**

\*Nicholas Coppi

Em tempos de notoriedade para o processo de transição de governo, com ampla cobertura no noticiário nacional, também é necessário trazer à discussão a proposta do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a correção da tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física. Veiculada durante a campanha eleitoral, a ideia consiste em ampliar a faixa de isenção do IR para quem ganha até R\$ 5.000. Hoje, o limite é de R\$ 1.903,98, valor sem atualização desde 2015. Mas o que isso representa, de fato, para o contribuinte brasileiro?

Esta não é uma pergunta de pronta resposta e carece de reflexões e ponderações.

Atualmente, a tabela do Imposto de Renda prevê isenção para quem ganha até R\$ 1.903,98. De acordo com o rendimento do contribuinte, a alíquota é definida em quatro faixas, de 7,5% a 27,5%. O maior valor, neste caso, alcança quem recebe a partir de R\$ 4.664,68.

O brasileiro, na prática, perde poder de compra com a cobrança do Imposto de Renda. Basta considerar que em 2015, último ano em que houve correção da tabela, o salário mínimo era de R\$ 788, enquanto hoje é de R\$ 1.212. Há sete anos, quem recebia dois salários (R\$ 1.576) era isento de IR.

Hoje, com dois salários mínimos (R\$ 2.424), o contribuinte arca com o pagamento do imposto, e se a tabela não for corrigida, quem recebe um salário mínimo e meio (R\$ 1.947, com base na correção prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - Lei 14.436, de 1922) já deverá pagar o imposto no próximo ano, configurando nítida regressividade, já que os mais pobres pagam mais IR do que os mais ricos, proporcionalmente às suas respectivas rendas.

De acordo com a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil** (Unafisco), a tabela do IR, considerando-se a **inflação** acumulada de 1995 a setembro deste ano, precisaria ser corrigida em 146,6%, de modo que a quantidade de pessoas isentas do tributo saltaria de 7,626 milhões para 24,547 milhões .

Se concretizada a proposta do presidente eleito, uma grande parcela da população brasileira estaria isenta do pagamento de IR. O impacto mais imediato da medida seria uma queda na arrecadação, algo em torno de R\$ 194 bilhões. E o governo, necessariamente, precisaria propor novas formas de compensá-la.

Embora o presidente eleito não tenha feito propostas objetivas de compensação, citando genericamente a tributação dos mais "ricos", tributaristas e economistas de todo o país vêm apontando medidas para atenuar o impacto orçamentário de uma eventual atualização da tabela do IR.

Em se tratando de medidas relativas ao próprio IR, dentre as ideias sugeridas pelos especialistas estão a instituição de alíquotas mais elevadas para faixas maiores de renda, a limitação de deduções com despesas médicas para determinadas faixas de renda, bem como ajustes na sistemática do lucro presumido para os casos de empresas optantes pelo regime.

Também se fala muito no retorno da tributação sobre a distribuição de lucros. O tema inclusive, é objeto do Projeto de Lei nº 2.337/21 que já foi aprovado na Câmara dos Deputados e aguarda discussão no Senado. Outra contramedida aventada pelos estudiosos do Direito Tributário é que o Governo busque um aumento na tributação da renda com redução na tributação do consumo.

Por fim, há quem defenda atualização da tabela do IR no bojo de **reforma tributária** ampla, o que torna a solução mais complexa do ponto de vista técnico-tributário e político.

Sem dúvida, recolocar a **reforma tributária** em pauta é questão de urgência. Isso porque o sistema tributário do País necessita de simplificação e organização como forma de diminuir institucionalmente a carga dos **impostos**. Neste processo, é fundamental que as questões envolvidas na tributação passem por modernização para que problemas de natureza econômica e social sejam corrigidos.

No atual cenário político, a **reforma tributária** tem uma função conciliadora. Como mecanismo permite honrar compromissos sociais e manter a

responsabilidade fiscal, colaborando para a criação de novos negócios e a geração de empregos.

\* Nicholas Coppi é advogado, especialista (IBET) e mestre em Direito Tributário (PUC/SP). Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

**Site: <https://rpnews.com.br/noticia/59702/como-a-correcao-da-tabela-do-ir-proposta-por-lula-vai-impactar-a-arrecadacao>**

# Equipe econômica começa a ganhar forma

*rosana hessel*

Na primeira entrevista coletiva após ser oficializado como futuro ministro da Fazenda, o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT) confirmou, ontem, os dois primeiros nomes de equipe econômica do novo governo: os economistas Gabriel Galípolo e Bernard Appy, considerados por ele, técnicos respeitados nas respectivas áreas.

Durante o anúncio, Haddad rebateu as críticas do atual governo aos relatórios da equipe de transição que apontam problemas na área fiscal. Nesse sentido, disse que pretende consertar os impactos da "farra eleitoral" de aumento de despesas da atual administração para tentar ganhar as eleições. Sem poupar palavras, o ex-prefeito ressaltou que pretende montar uma nova política econômica que inclua o pobre no Orçamento da União. "Temos que compatibilizar a responsabilidade fiscal com a responsabilidade social", pontuou.

Na avaliação de Haddad, o governo Bolsonaro tomou "medidas desesperadas" e eleitoreiras, criando despesas que precisarão ser corrigidas no ano que vem, como a falta de critérios de elegibilidade adotada para reduzir, antes das eleições, a fila do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A medida, segundo ele, gerou um gasto adicional, para 2023, de R\$ 17 bilhões. "Temos que contar a verdade para a sociedade. Não tem fake news em números. Os filtros foram removidos e será preciso acomodar muita despesa que não estava prevista, e isso, no total, dá R\$ 450 bilhões", acrescentou.

Por conta disso, o futuro ministro da Fazenda reforçou a necessidade da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, permitindo aumento de gastos acima da regra do teto em R\$ 168 bilhões por dois anos, conforme o projeto aprovado pelo Senado Federal na semana passada, que ainda precisa ser apreciado pela Câmara dos Deputados. O texto inicial elaborado pela transição previa valor e prazos maiores, de R\$ 198 bilhões de gastos anuais extras durante todo o terceiro mandato de Lula. "A equipe fez a conta sobre o Orçamento que tem que ser aprovado com o mesmo valor que Bolsonaro teve para despesas no último ano de governo", justificou.

Primeiros nomes

Galípolo ocupará a Secretaria Executiva e será o número 2 de Haddad no Ministério da Fazenda. A

pasta será recriada, juntamente com a do Planejamento, Orçamento e Gestão e a do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic). Integrante da equipe de transição e ex-presidente do Banco Fator, o economista se aproximou do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na campanha eleitoral e é um importante interlocutor do novo governo com o mercado financeiro. Ele acompanhou Haddad, ontem, nas reuniões de que o futuro ministro participou, no Ministério da Economia e no Banco Central, nas quais foi apresentado aos interlocutores como secretário-executivo da pasta. Haddad disse que os encontros foram positivos e bastante cordiais.

O segundo integrante da equipe confirmado por Haddad é o economista Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCIF) e autor do projeto da proposta de **reforma tributária** da Câmara dos Deputados, a PEC 45/2019, que foi desprezada pelo ministro Paulo Guedes e está parada no Congresso. Appy será o secretário especial da **Reforma Tributária** da pasta.

Havia uma expectativa de que Haddad anunciasse outros nomes, mas ele disse que, por enquanto, somente os dois confirmaram o convite. Ele pediu paciência para o mercado aguardar os demais. "Avaliem minha equipe quando ela estiver montada", afirmou. Ao ser questionado sobre as nomeações para os bancos públicos, o ex-prefeito paulista respondeu que a escolha será do presidente Lula.

Na visão de Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, Appy foi uma "excelente escolha", mas Galípolo é uma incógnita, assim como os demais integrantes da equipe. "A escolha de Appy era esperada e necessária para lidar com a **reforma tributária**, especialmente a PEC 45. Galípolo deve lidar com PPPs (Parcerias-Público-Privadas), mas é uma incógnita. Faltam nomes na questão fiscal, que espero venham na Secretaria de Política Econômica, no Tesouro Nacional, e no Planejamento", afirmou. Para o economista e consultor André Perfeito, Galípolo será "um ativo importante" para o novo governo, com capacidade de diálogo com o mercado financeiro, apesar de não ser da linha econômica mais ortodoxa.

Arcabouço fiscal

Além de reforçar o alerta sobre a piora das contas públicas no próximo ano, Haddad criticou o teto de gastos. Para ele, essa regra não é confiável, "porque

não é exequível". "Um arcabouço fiscal novo é imprescindível, uma vez que o atual praticamente decaiu e não é respeitado há três ou quatro anos", disse. Ele adiantou que pretende concluir a proposta da PEC do novo arcabouço fiscal para que ela caminhe junto com a da **reforma tributária**. "Se houver amadurecimento da parte do governo, eu entendo que essas duas coisas podem caminhar juntas", afirmou.

# Quinho articula na CCJ apoio a PEC que reduz alíquota de INSS

DA REDAÇÃO

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, Arthur Maia (UB-BA), recebeu ontem um grupo de prefeitos baianos que participaram em Brasília da última mobilização municipalista do ano. A reunião articulada pelo vice-presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), José Henrique Tigre, o Quinho, teve como objetivo pedir o apoio para a instalação da Comissão Especial que analisará a PEC 14/2022, que visa reduzir pela metade a alíquota patronal do **INSS** paga pelos municípios.

O encontro foi acompanhado pelo deputado Cacá Leão (pP-BA), que é autor da PEC, elaborada em parceria com a UPB. Os parlamentares se comprometeram em ampliar a articulação no colégio de líderes da Câmara e de defender junto ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), a instalação da comissão. "A ideia é que a gente faça uma reunião preparatória, converse com os deputados e faça uma visita ao presidente Lira. Inclusive com a combinação do texto com o projeto de lei complementar do senador Jaques Wagner para a proposta caminhar", afirmou Maia.

Quinho colocou a "PEC da redução" como a principal pauta dos prefeitos da Bahia para que os gestores possam administrar com segurança e equilíbrio seus municípios. "Essa medida é fundamental para retomar a capacidade de investimento dos municípios e reduzir o endividamento com a previdência. O prefeito quando assume, já recebe uma dívida enorme para arcare acaba comprometendo o orçamento dos municípios. Essa é uma luta que a UPB tem consigo avançar, colocar na pauta nacional do movimento municipalista e que com a articulação aqui no Congresso nós vamos lutar para aprovar o quanto antes para trazer alívio aos nossos prefeitos e prefeitas", reforçou.

**Site:** <https://atarde.com.br/?d=1>

# INSS define limites para consignados

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) detalhou alguns critérios para a concessão de cartão de crédito consignado ou de cartão consignado de benefício para aposentados, pensionistas e titulares de Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas) e Renda Mensal Vitalícia (RMV).

Uma das regras diz respeito ao limite máximo do cartão, que deverá ser de até 1,6 vez o valor da renda mensal do segurado.

O valor disponível para saque via cartão (nas duas modalidades) deve ser limitado a 70% desse limite. E a taxa de juros cobrada sobre o valor retirado não poderá ser superior a 3,06% ao mês.

A autorização para o empréstimo deve ser dada de forma expressa, assinada com reconhecimento biométrico, não sendo aceita autorização dada por ligação telefônica nem gravação de voz.

O **INSS** determinou ainda que a entrega do cartão de crédito consignado ou do cartão consignado de benefício deverá ser feita ao titular do benefício. Já a fatura mensal poderá ser enviada por meio físico ou eletrônico, de acordo com a opção do beneficiário.

A Instrução Normativa 138 saiu no Diário Oficial de ontem. PERMISSÕES

O titular do cartão de crédito consignado ou do cartão consignado de benefício poderá contratar um seguro contra roubo, perda ou extravio. O valor anual não poderá exceder R\$ 3,90.

A instituição financeira poderá cobrar até R\$ 15 de taxa pela emissão de qualquer cartão (nas duas modalidades), valor que poderá ser parcelada em até três vezes, a critério do beneficiário.

Na contratação exclusiva do cartão consignado de benefício, a instituição financeira poderá oferecer auxílio-funeral e seguro de vida, sem limite de idade, no valor de, no mínimo, R\$ 2 mil, independentemente da causa mortis, bem como descontos em redes de farmácias conveniadas.

Porém, é importante que os beneficiários saibam que não será permitido ao banco emitir cartão de crédito consignado ou cartão consignado de benefício adicional.

Também não será permitido cobrar taxa de abertura

de crédito, manutenção ou anuidade do cartão. O contrato também não poderá ser formalizado por telefone.

SAIBA MAIS

REGRAS

O INSTITUTO Nacional do Seguro Social (**INSS**) detalhou critérios para a concessão de cartão de crédito consignado ou de cartão consignado de benefício para aposentados, pensionistas e titulares de Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas) e Renda Mensal Vitalícia (RMV).

ENTRE ELAS está o limite máximo do cartão, que deverá ser de até 1,6 vez o valor da renda mensal do segurado.

O TITULAR do cartão de crédito consignado ou do cartão consignado de benefício poderá contratar seguro contra roubo e o banco cobrar R\$ 15 de taxa pela emissão de cartão.

UMITE DE CRÉDITO

O CRÉDITO consignado, como já havia sido definido por lei, tem uma margem de 45%. Este é o limite da renda mensal que pode ser compro-

metido com o pagamento do empréstimo.

ESSE PERCENTUAL máximo é aplicado sobre o que sobra da renda após eventuais descontos de Imposto de Renda e pensão alimentícia, quando for o caso. E pode ser dividido da seguinte forma:

A) 35%: para as operações exclusivamente de empréstimo pessoal consignado (desconto em folha).

B) 5%: para as operações exclusivas de cartão de crédito consignado.

C) 5%: para as operações exclusivas de cartão consignado de benefício.

PRAZOS

O PRAZO DE PAGAMENTO deve ser de, no máximo, 84 meses (como previsto anteriormente). E o dinheiro emprestado pelo banco deve ser creditado na conta na qual a pessoa recebe o benefício mensal (seja conta-corrente ou poupança).

PARA AQUELES que não têm conta em banco e recebem do **INSS** apenas por cartão magnético, a opção é liberar o empréstimo via ordem de pagamento, preferencialmente na agência bancária que do benefício.

ALÉM DISSO, o empréstimo deve ser feito no mesmo estado em que o benefício é mantido.

#### TAXA DE JUROS

A TAXA MÁXIMA de juros no crédito consignado tradicional com desconto em folha é de 2,14% ao mês. No caso do cartão, é de até 3,06% ao mês.

#### PORTABILIDADE E REFINANCIAMENTO PERMITIDOS

OS TITULARES das operações de empréstimo consignado poderão requerer a portabilidade para outro banco a qualquer tempo.

O REFINANCIAMENTO entre o beneficiário e a instituição financeira também está autorizado.

A REACTUAÇÃO do empréstimo é de livre negociação entre as partes para novos prazos, taxas ou valores, observados os limites contidos nesta Instrução Normativa e no Código de Defesa do Consumidor.

Fonte: **INSS** e Jornal Extra.

# Novo salário mínimo muda valor das aposentadorias

**INSS** O novo salário mínimo, que entra em vigor no próximo dia 1- de janeiro, altera também o valor das contribuições e benefícios do **INSS**, como aposentadoria, atrasados, Benefício da Prestação Continuada (BPC) e seguro-desemprego. O presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), assinou Medida Provisória na segunda-feira (12) que eleva de R\$ 1.212 para R\$ 1.302 o valor mensal do salário mínimo no país, um reajuste de 7,4%.

O salário mínimo é o valor mínimo pago pelo **INSS** para aposentadorias, pensões por morte e auxílios-doença. A partir do benefício referente a janeiro, portanto, os segurados que recebem R\$ 1.212 passarão a receber R\$ 1.302. O BPC (Benefício de Prestação Continuada), concedido a idosos a partir de 65 anos e pessoas com deficiência de baixa renda, também será reajustado para o mesmo valor.

O novo piso nacional também altera o limite usado pela Justiça para pagar atrasados do **INSS** mais rapidamente, para quem ganhou um processo judicial de concessão ou de revisão de benefício. Atualmente, o valor máximo que se pode receber por meio de RPVs (Requisições de Pequeno Valor) é R\$ 72.720, o correspondente a 60 salários mínimos. Logo, em 2023, esse limite subirá para R\$ 78.120. Têm direito a receber os atrasados por essa via mais rápida segurados que iniciaram ações de revisão de benefício em Juizados Especiais Federais. O segurado que entra com ação em um juizado abre mão de eventuais quantias superiores ao limite de 60 salários mínimos. Revisões e concessões com valores acima de 60 salários mínimos continuarão pagos pela Justiça por meio de precatórios liberados em lotes anuais.

O valor mínimo da parcela do seguro-desemprego também é igual a um salário mínimo. Para calcular o benefício, o governo apura a média dos três salários anteriores à demissão e, depois, aplica um redutor, conforme a faixa da remuneração. Os valores serão atualizados em 11 de janeiro considerando a **inflação** medida pelo INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor).

# Veja o que muda com o novo salário mínimo de R\$ 1.302

## Por G1

O reajuste do salário mínimo, que passará de R\$ 1.212 para R\$ 1.302 no primeiro dia do ano, também aumenta o valor de benefícios e serviços que usam o piso nacional como referência.

## PIS/Pasep

O abono salarial PIS/Pasep é pago aos trabalhadores do setor público e privado que recebem, em média, até dois salários mínimos mensais com carteira assinada. Com o aumento do salário mínimo, o valor do abono salarial passa a variar de R\$ 108,50 a R\$ 1.302, de acordo com a quantidade de meses trabalhados. Só receberá o valor máximo quem trabalhou os 12 meses de 2021. Têm direito ao abono salarial cerca de 23 milhões de trabalhadores. O calendário de pagamentos de 2023, referente ao ano-base de 2021, ainda não foi divulgado, mas há indicações de que será entre os meses de fevereiro e julho do ano que vem. Antes, a liberação dos recursos começava no segundo semestre e se estendia até o primeiro semestre do ano seguinte, mas a partir de 2022 passou a ser no início do ano - ao longo de 2021, no entanto, os pagamentos não ocorreram.

## Benefícios do **INSS**

Os benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) serão reajustados a partir de 25 de janeiro. Atualmente, são mais de 37 milhões de pessoas com direitos a benefícios do **INSS** no país. Para aqueles que recebem um salário mínimo, o benefício sobe para R\$ 1.302 a partir dos depósitos que serão feitos entre os dias 25 de janeiro e 7 de fevereiro. Segurados com renda mensal acima do piso nacional terão seus pagamentos creditados a partir de 1º de fevereiro. No caso desses beneficiários, no entanto, o reajuste acompanha o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

## BPC

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. O benefício paga mensalmente um salário mínimo para idosos a partir de 65 anos e pessoas com deficiência de qualquer idade que comprovem não ter meios próprios de se sustentar nem auxílio da família. Assim,

o valor do benefício passará para R\$ 1.302 em janeiro. Para ter direito ao BPC é preciso que a renda per capita seja entre ¼ e meio salário mínimo. Com o reajuste, os valores passam para entre R\$ 325,50 e R\$ 651.

## Seguro-desemprego

O valor do seguro-desemprego, recebido pelo trabalhador com carteira assinada demitido sem justa causa, depende da média salarial dos últimos três meses anteriores à demissão. No entanto, o valor da parcela não pode ser inferior ao salário mínimo vigente, que passará a ser de R\$ 1.302. Já o valor máximo das parcelas do seguro-desemprego será divulgado pelo governo após a divulgação do INPC, usado para corrigir o benefício. A divulgação do índice está prevista para janeiro. Atualmente, o valor máximo do seguro-desemprego é de R\$ 2.106,08 para quem ganha acima de R\$ 3.097,26.

## Cadastro Único

O governo federal, os estados e os municípios utilizam o Cadastro Único (CadÚnico) para identificar potenciais beneficiários de programas sociais como Auxílio Brasil, Tarifa Social de Energia Elétrica, BPC e vale-gás. Com a alta no salário mínimo, os valores que permitem a inscrição no CadÚnico também subirão e serão os seguintes: - renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa (R\$ 651); -renda mensal familiar total de até três salários mínimos (R\$ 3.906); -renda maior que três salários mínimos (R\$ 3.906), desde que o cadastramento esteja vinculado à inclusão em programas sociais nas três esferas do governo.

## Contribuição dos MEIs

As contribuições mensais dos microempreendedores individuais (MEIs) também serão reajustadas. A partir de fevereiro, o valor referente ao **INSS** do Documento de Arrecadação Simplificada do MEI (DAS-MEI) deverá ser de R\$ 65,10, o que corresponde a 5% do salário mínimo. O imposto mensal pago pelos MEI é atrelado ao salário mínimo, por isso, o reajuste ocorre todos os anos.

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=5879#book/3>

# 14º DOS SALÁRIO APOSENTADOS VAI SER PAGO ESSE ANO?

O pagamento do décimo quarto salário para aposentados em 2022 gera dúvida nos beneficiários do **INSS**, pois o projeto está em tramitação na Câmara dos Deputados há dois anos. O abono será extra, ou seja, além do salário e do 13º salário do **INSS**. O pagamento está proposto no Projeto de Lei 4.367/2020, de autoria do deputado Pompeo de Mattos. A princípio, não há tempo hábil para pagar esse ano, pois precisa passar por algumas etapas de votação na Câmara, além do Senado e por sanção presidencial.

Você sabe o que falta para pagar e quem poderá receber o abono do 14º salário? Confira abaixo todas as informações sobre esse projeto.

De acordo com o texto do projeto, o 14º salário do **INSS** será de um a dois salários--mínimos, com pagamento em dois anos. Até então, o projeto prevê que quem tem direito ao 14º salário são aposentados, pensionistas, quem recebe auxílio--doença, auxílio-reclusão e auxílio acidente.

Vale lembrar que essas questões foram definidas nas comissões da Câmara dos Deputados nas quais o projeto já teve aprovação. Assim, conforme passarem por votação nas demais, o texto pode ser alterado novamente.

O 14º salário do **INSS** já passou por votação na Comissão de **Seguridade Social** e Família, e Comissão de Finanças e Tributação, e foi aprovado em ambas. Agora está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aguardando votação. Após isso, o projeto segue para a Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa e Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Mas, quando vai ser pago o décimo quarto salário? Bom, como ainda faltam muitas etapas de votação, não haverá tempo de fazer o pagamento no ano de 2022. A expectativa é que os parlamentares retomem a discussão no ano que vem. A mudança

de presidente também traz algumas incertezas quanto à aprovação. Lula ainda não se manifestou publicamente sobre o abono salarial dos aposentados.

Apesar de o projeto do **INSS** não estar aprovado, um grupo de pessoas recebeu um 14º salário esse ano.

São os professores do Amazonas. O valor é referente a terem atingido as metas do índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Mais de quatro mil profissionais receberam o pagamento no dia 28 de novembro. O valor é individual, depende da jornada de trabalho e período de atuação. Em alguns casos, chegou a R\$ 15 mil.

Entre os critérios para a premiação, destaca-se a meta maior que a estimativa de crescimento natural da série histórica da escola e, pelo menos, 80% de participação dos alunos na realização da Avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Se quiser saber mais informações sobre o **INSS** e economia, você pode me acompanhar em meu canal no YouTube João Financeira e meu perfil no Instagram @joaofinanceiraoficial.

# Relação com o dinheiro: uma discussão necessária (Artigo)

*Rodrigo Sisnandes Pereira Diretor-presidente da  
Fundação Família Previdência*

Poupar, economizar e planejar são verbos ainda pouco usados pela grande maioria dos brasileiros. Como consequência, a inadimplência alcança índices elevados e, de acordo com dados do Serasa, em julho, o Brasil contava com 67,7 milhões de inadimplentes, o maior número da série histórica iniciada em 2016. É um problema que afeta 41,8% da população adulta do país. Mas como reverter esse cenário? A primeira condição é estabelecer uma relação mais saudável com o dinheiro, pois isso é fundamental para nos prepararmos para uma vida longa e com recursos para cobrir todas as nossas necessidades. Informação e educação financeira são essenciais para atingirmos essa condição. E aí entra o papel das empresas e das entidades associativas na difusão de informações entre seus colaboradores e também junto à sociedade sobre a importância de olhar o dinheiro como algo a ser preservado para a garantia de um futuro melhor.

Eventos gratuitos como os promovidos recentemente pela Fundação Família Previdência também levam ao grande público a possibilidade de acesso a palestrantes que mostram de que forma poupar significa investir nos seus objetivos, com o dinheiro como meio de realizar planos e transformar sonhos. No entanto, 61% da população não faz qualquer tipo de investimento, como mostra a pesquisa Raio X do investidor brasileiro, realizada pela Anbima. A **previdência complementar** é uma forma de renda extra durante a aposentadoria. No país, apenas 3% dos aposentados conseguem sobreviver com recursos próprios. O benefício médio dos beneficiários da Família Previdência, por exemplo, é de R\$ 5,5 mil. Porém, infelizmente, isso chega a uma parcela muito pequena da população. Apenas sete milhões de pessoas no Brasil conseguem usufruir de renda extra das aposentadorias privadas complementares.

Essa é uma situação que precisa mudar logo. Necessitamos evoluir. A realidade não nos deixa muitas alternativas. Diante do ritmo acelerado de envelhecimento da população e do aumento da longevidade, depender apenas da previdência pública é cada vez mais arriscado. A melhora da expectativa de vida é uma ótima notícia, mas precisamos de fontes de renda que supram as necessidades de uma vida mais longa.

**Site:**

**<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10553>**

# A importância do setor de energia no combate à corrupção (Artigo)

**Nicolas Genoni**

A corrupção é um problema global que representa uma das maiores limitações para o desenvolvimento econômico e social das diversas sociedades em todo o mundo. A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que, a cada ano, aproximadamente US\$ 1 trilhão são pagos em subornos e US\$ 2,6 trilhões são roubados pela corrupção, somas impactantes, que chegam a representar 5% do **PIB** mundial.

Adicionalmente, o Banco Mundial considera a corrupção como um dos maiores desafios para atingir a meta de erradicar a extrema pobreza até 2030, principalmente porque impacta em maior forma as classes sociais mais pobres e limita o acesso a serviços essenciais, como educação e saúde.

Nessa linha, o setor energético desempenha papel central no desenvolvimento das atividades socioeconômicas dos países, tanto para a eliminação da pobreza como para a construção de um futuro sustentável e justo. Atualmente, mais de 1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso à eletricidade, serviço considerado essencial, enquanto 3 bilhões dependem de combustíveis poluentes, como o carvão, para cozinhar e se aquecer.

A importância energética para as sociedades e sua forte inter-relação com os diversos níveis de governo acendem o alerta para um cuidado ainda maior com as vulnerabilidades à corrupção.

De forma geral, essas práticas podem ocorrer em toda a sua cadeia de valor, desde a exploração e produção até o consumidor. Isso se traduz em riscos de fraude nos processos de contratação de fornecedores, com custos excessivos, influência na criação de leis que favoreçam indevidamente as empresas, conflito de interesse entre funcionários dos governos e companhias que favoreçam a existência de monopólios e pagamentos para obtenção de licenças ambientais e de exploração, entre outros.

As consequências são visivelmente negativas e se refletem de diversas formas, como no aumento do orçamento, nos gastos públicos, na distorção da livre concorrência e na alta nos preços de energia, o que gera menor confiabilidade para os consumidores e traz ainda mais impactos ambientais e sociais negativos.

Além disso, os custos ficam mais elevados para as empresas e limitam os recursos financeiros para a expansão do serviço e a melhoria da qualidade.

Nesse contexto, é muito importante enfatizar o papel e a responsabilidade das empresas do setor de energia, principais responsáveis por criar um ambiente ético para fazer negócios. Ainda, junto com os cidadãos, todos devem lutar proativamente contra a corrupção em todos os níveis de sua cadeia, promovendo o desenvolvimento econômico sustentável das sociedades em que operam. A integridade corporativa e a construção de uma cultura de conformidade são cada vez mais relevantes para alcançar esses objetivos.

Em conclusão, a corrupção desacelera as economias, bem como a transição para uma energia mais verde. É preciso, pois, ampliar a conscientização sobre os valores éticos, como a integridade, a responsabilidade e a tolerância zero diante das más condutas, para construirmos, juntos, uma sociedade livre de corrupção.

Nicolas Genoni. Diretor de auditoria e compliance da ISA CTEEP

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/14/12/2022/p1>

# Reajuste de 5,97% no IPTU e IPVA

**Pedro Marra**

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) aprovou, na noite de ontem, reajuste de 5,97% do valor de correção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores (IPVA) para o ano que vem. O governo do Distrito Federal tinha proposto índice de 7,19% para o Projeto de Lei (PL) nº 3.023 de 2022, mas 19 parlamentares votaram contra e decidiram por reduzir a taxa. O Bloco Democracia e Resistência (PT/PSol) apresentou a emenda que limita o IPTU ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado de dezembro de 2021 a novembro de 2022, com 5,97% de acréscimo para o contribuinte. Esse percentual deverá ser aplicado desde que mantidas inalteradas as características físicas e jurídicas do imóvel.

Segundo o relator do projeto na CEOF, deputado Agaciel Maia (PL), o impacto da redução da correção do IPTU será de R\$ 255 milhões. O distrital ponderou que isso vai obrigar o governo a avaliar onde irá cortar despesas, mas, por outro lado, a medida também poderá evitar o aumento da inadimplência. "Terá muito mais efetividade na receita. Não adianta a gente elevar o valor do IPVA e IPTU substancialmente além dos índices que a população teve, seja comerciante, servidor público ou de qualquer categoria", avalia o presidente da comissão.

Sobre a redução também no IPVA, Maia explicou a mudança em cima da redução na tabela de preços da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), de 5%. "Sabemos que o parâmetro da Fipe não é mais de mercado. Houve uma estagnação da produção de carros novos e os carros usados subiram substancialmente. Vai ser bom para os vendedores que geram emprego, porque tendo um IPVA menor, vão vender mais carros, e vai ser bom para a população, que vai pagar menos", analisa.

Justiça social

Para o deputado Chico Vigilante (PT), a redução do índice de correção é uma forma de se fazer justiça social. "Eu não conheço nenhuma categoria de trabalhador que tenha tido aumento acima da **inflação**. A maioria sequer teve aumento", declarou em plenário.

O projeto foi aprovado, em primeiro turno, com 19 votos favoráveis e dois contrários, dos deputados

Professor Reginaldo Veras (PV) e Júlia Lucy (União Brasil). Ambos argumentaram que o imposto não deveria ter qualquer aumento. O parlamentar almeja que as correções sejam feitas também para o salário mínimo dos trabalhadores com carteira assinada. "Qual foi o percentual de correção do salário mínimo? Abaixo dos índices inflacionários. O que está se discutindo é a perda de receita do governo. Ninguém discute a perda de receita do trabalhador", contrapôs o parlamentar.

Júlia Lucy, por sua vez, exige que o GDF consiga equilibrar as contas por meio de uma gestão mais eficiente, revendo contratos e cortando despesas onde é possível. "Jogar (os **impostos**) na conta da população não é o suficiente. Estamos em um período complicado, com endividamento alto na sociedade", opina a deputada do União Brasil.

Em dezembro de 2021, o reajuste dos dois **impostos** foi aprovado em segundo turno com índice de 10,42%. A taxa ficou abaixo dos 22% previstos inicialmente pelo GDF.